

História do Medicamento Genérico no Brasil

History of Generic Drugs in Brazil

Erick de Oliveira Lemes^{a*}; Naara Sabine Vaz de Almeida^a; Paulo Henrique Pires Eubanks^a; Sebastião Robson de Resende^a; Wanessa Cristina Martins da Luz^a

^aFaculdade Anhanguera de Anápolis. GO, Brasil.

*E-mail: erick.lemes@aedu.com

Resumo

Os medicamentos são considerados indispensáveis à saúde, ocupando o centro das atenções na atualidade, uma vez que seu modo de utilização reflete o efeito terapêutico. Os medicamentos genéricos estão disponíveis em preços acessíveis, graças à Política Nacional de Medicamentos (PNM), que passou a ser implementada pelo Governo Federal desde 1999 para que houvesse possibilidades de escolhas para os pacientes na aquisição de medicamentos de qualidade. Os medicamentos genéricos podem ser intercambiáveis com os de referências, quando está escrito na receita médica o nome do princípio ativo. Este trabalho teve como objetivo descrever a história dos genéricos no Brasil, a fim de contribuir com informações acerca da importância destes medicamentos e segurança na utilização pela população, desmitificando o fato de serem mais baratos em decorrência da falta de qualidade, eficácia ou segurança. Esta investigação foi caracterizada como pesquisa bibliográfica, a amostra em estudo foi composta por um conjunto de publicações contidas em periódicos, livros-textos, monografias, dissertações e teses. Com a realização deste estudo foi possível aferir que o medicamento genérico é tão relevante quanto o de referência. As pessoas necessitam saber as vantagens em se adquirir os medicamentos genéricos, por meio de campanhas de conscientização, bem como ter conhecimento de que o genérico tem o mesmo princípio em relação ao de referência. Campanha de conscientização se faz necessária para a população a respeito dos medicamentos genéricos.

Palavras-chave: Medicamento. Segurança. Bioequivalência

Abstract

Medicines are considered indispensable to health, occupying the center of attention nowadays, its mode of use reflects the therapeutic effect. Generic medicines are available at affordable prices thank to the national drug policy, which has been implemented by the Federal Government since 1999 so that there are possibilities for patients to choose the right medicines. Generic medicines can be interchangeable with those of reference when the name of the active ingredient is written on the prescription. This work aimed to describe the history of generics in Brazil, in order to contribute information about the importance of these drugs and safety in use by the population, demystifying the fact that they are cheaper due to the lack of quality, effectiveness or safety. This research was characterized as a bibliographic research, the study sample was composed by a set of publications contained in periodicals, textbooks, monographs, dissertations and theses. With the accomplishment of this study it was possible to verify that the generic medicine is as relevant as the reference. People need to know the advantages in acquiring generic medicines through awareness campaigns, as well as being aware that the generic has the same principle in relation to the reference. Awareness campaigns are necessary for the population regarding generic medicines.

Keywords: Medications. Safety. Bioequivalence

1 Introdução

Os medicamentos são considerados indispensáveis à saúde, ocupando o centro das atenções na atualidade, uma vez que seu modo de utilização reflete o efeito terapêutico. O seu uso deve ser acompanhado de orientação médica, porém, muitas vezes, o paciente busca informações de outros profissionais, parentes, vizinhos, meios de comunicação, sendo que tais informações associadas com a facilidade de acesso aos medicamentos, seja de referência ou genéricos, aumentam o risco do uso inadequado destes produtos. (SILVA *et al.*, 2010).

No Brasil, o setor privado é o principal responsável pelo fornecimento de medicamentos à população brasileira. O paciente tende a procurar informações em farmácias ou drogarias, pois além de serem de fácil acesso, estes locais têm

atendimento gratuito. Portanto, cabe ao farmacêutico ter uma atitude correta, no momento oportuno, analisando a situação do paciente, orientando, se necessário (FERNANDES; COUTINHO; VALLE, 2011).

O setor produtor de medicamentos foi regulamentado pelo Governo, diante do fato de que era considerado fora dos padrões internacionais. Antes de o setor ser regulado, o país era visto como um local sem leis e regulamentos para o desenvolvimento de novos medicamentos, um fator preocupante para o Governo (ARAUJO *et al.*, 2012).

No ano de 1999 foi aprovada a Lei dos Genéricos, que foi um marco no país. Após a adoção desta lei, as indústrias farmacêuticas passaram a produzir medicamentos legais como cópias perfeitas dos que tinham a patente expirada, tornando possível a introdução de medicamentos denominados

genéricos em todo território brasileiro. Os grandes produtores de medicamentos se sentiram incomodados com esta lei, entretanto, com o passar do tempo e com o crescimento das vendas de genéricos no Brasil, até mesmo estas empresas foram beneficiadas e passaram a ter o interesse em produzir mais (BRASIL, 1999).

Os medicamentos genéricos possuem biodisponibilidade e bioequivalência semelhante aos medicamentos de referência, ou seja, possuem o mesmo princípio ativo, excipientes e se comportam no organismo de forma semelhante. Os medicamentos genéricos estão disponíveis em preços acessíveis, considerados mais baratos, graças à Política Nacional de Medicamentos (PNM), que passou a ser implementada pelo Governo Federal desde 1999, para que houvesse possibilidades de escolhas para os pacientes na aquisição de medicamentos de qualidade (ANVISA, 2002).

Para ser considerado genérico, o medicamento deve passar por testes de segurança, de eficácia e de qualidade, da mesma forma a que os de referências são submetidos. Para a concessão da licença de produção e de comercialização devem passar por rigoroso teste e devem ser registrados que tais procedimentos foram realizados. Nas visitas dos fiscais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária são realizadas conferências, a fim de verificar se a indústria está dentro dos conformes, de acordo com os padrões de qualidade e com a legislação vigente (BRASIL, 2003).

A identificação dos medicamentos genéricos é simples, estes devem apresentar uma tarja amarela, indicando “Medicamento Genérico”, e o número da lei que deu origem a estes fármacos. Outra informação que gera dúvidas, por parte da população em geral, é o fato destes serem identificados pelo nome do princípio ativo e não pela marca, como acontece com os medicamentos de referência (BRASIL, 1999).

Os medicamentos genéricos podem ser intercambiáveis com os de referência, quando está escrito na receita médica o nome do princípio ativo. Os pacientes precisam ter atenção quando forem adquirir medicamentos em drogarias. Algumas vezes, por conta da comissão oferecida pela venda de medicamentos, muitos atendentes tendem a querer vender medicamentos similares e, no entanto, o ideal seria substituir o de referência pelo genérico, pois são idênticos (NOVARETTI; QUITÉRIO; PISCOPO, 2014).

Tendo em vista este contexto, este trabalho teve como objetivo descrever a história dos genéricos no Brasil, a fim de contribuir com informações acerca da importância destes medicamentos e a segurança na utilização pela população, desmitificando o fato de serem mais baratos em decorrência da falta de qualidade, de eficácia ou de segurança.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Esta investigação foi caracterizada como pesquisa bibliográfica, sendo do tipo exploratória e de natureza básica.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, tendo como objetivo analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

A amostra em estudo foi composta por um conjunto de publicações contidas em periódicos, livros-textos, monografias, dissertações e teses.

A coleta foi realizada nas bases eletrônicas: SciELO (Scientific Electronic Library Online), BIREME (Biblioteca Regional de Medicina), Pubmed e Lilacs (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde) e publicações como monografias, dissertações e teses disponíveis eletronicamente, bem como livros-textos no período de 1999 a 2016.

Os descritores utilizados foram: “Medicamentos genéricos; utilização de genéricos; histórico dos genéricos no Brasil; preferência dos pacientes por genéricos; conceito de genéricos”, todos os descritores foram pesquisados tanto em Língua Portuguesa como Inglesa.

Para avaliação inicial foi realizada leitura dos resumos, com finalidade de selecionar aqueles que se adequaram aos objetivos da pesquisa. Foram analisadas 50 publicações, sendo destes selecionados apenas 24, que estavam em conformidade com os objetivos do estudo.

2.2 Discussão

2.2.1 Aspectos gerais sobre medicamento genérico

Desde o início das civilizações, o homem recorre ao uso de medicamentos para mitigar o sofrimento causado por doenças. Estes podem prolongar a vida e retardar o aparecimento de complicações, facilitando o convívio entre o indivíduo e a sua enfermidade, porém podem aumentar os custos da atenção à saúde se utilizados inadequadamente sem orientação médica ou de um farmacêutico (LEITE; VIEIRA; VEBER, 2008).

De acordo com Santos, Ferreira (2012), as indústrias que produzem medicamentos, desde o seu início possuem como propósito a pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos, e visam o lucro de seus lançamentos. Os medicamentos podem ser divididos em três classes, sendo estas os de referências, os similares e os genéricos. Sobre os primeiros sempre existiu um grande investimento das indústrias em propagandas publicitárias, já o terceiro por não ter o nome da marca constando não possui interesse de investimento em propagandas, pois são produzidos após a expiração da patente (ARAUJO et al., 2012).

De acordo com Lima et al. (2013), com a criação da Política Nacional de Medicamentos (PNM), as indústrias brasileiras aumentaram a produção de medicamentos genéricos, o que gerou concorrência com medicamentos de referências, que possuem um preço mais elevado. No entanto, com a qualidade comprovada que os genéricos possuem, estes ganharam mercado também sobre os similares. Com maior oferta, os preços dos medicamentos no geral ficaram atrativos, beneficiando a população de um modo geral.

A Política Nacional de Medicamentos (PNM) foi criada em 30 de outubro de 1998, com a publicação da Portaria nº 3916, a sua criação foi motivada pela preocupação sobre o acesso de medicamentos pela população que deles necessitavam, após o fim da CEME (Central de Medicamentos), que foi criada ainda no período de ditadura militar no país. Com a Política Nacional de Medicamentos (PNM) foi possível criar os medicamentos genéricos no Brasil, utilizado em todo o território nacional (PORTELA et al., 2010).

O conceito de genérico foi introduzido no país com a expiração do sucesso destes em outros países e a possibilidade de acesso a medicamentos de qualidade pela população de baixa renda, por meio de uma Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que regulamentou a lei dos genéricos. Tornou possível os registros e produção deste tipo de medicamento no Brasil, sendo necessária a realização de equivalência farmacêutica e bioequivalência, ensaios utilizados também nos medicamentos de referência (BRASIL, 2003).

O mecanismo que tornou possível a regulação dos preços de medicamentos, no território brasileiro, ocorreu através da adoção, em 1993, dos genéricos, com preços atrativos. A partir desta data foi implementada a Denominação Comum Brasileira e Nomenclatura Comum do Mercosul para as matérias-primas que originam os medicamentos acabados, entretanto, esta política só foi adotada em 1999, após a Lei dos Genéricos ser aprovada e entrar em vigor (ARAÚJO et al., 2010).

De acordo com Pinto, Barreiro (2013), o consumo de medicamentos genéricos desde a sua implementação com a Lei dos Genéricos de 1999, que possibilitou o início da produção de medicamentos genéricos no Brasil, até os dias atuais vem crescendo ano após ano, por conta do seu preço e o aumento da expectativa de vida. Torna possível o fortalecimento das indústrias brasileiras na produção de fármaco no cenário mundial em relação à quantidade de medicamentos produzidos e consumidos.

O medicamento genérico é igual ao de referência, que teve a patente expirada ou renunciada, sendo intercambiável, ou seja, pode ser dispensado no lugar de um de referência. Deve ter a comprovação de sua eficácia, de segurança e de qualidade para ser comercializado (BRASIL, 1999).

A produção e a comercialização dos genéricos, no Brasil, estão ligados à Política Nacional de Medicamentos Genéricos pelo Governo Federal, que envolve desde a sua fabricação, garantia da qualidade, formulação, prescrição por um profissional habilitado, dispensação pelo farmacêutico até o consumo deste pelo paciente. Sendo que a sua procura tende a aumentar nos próximos anos, por conta da aceitação e de qualidade destes em tratamento de doenças, em comparação com os de referência (ROSENBERG; FONSECA; D'AVILA, 2010).

A cada cinco medicamentos dispensados no Brasil, no ano de 2010, pelo menos um era genérico, o que deve ter

aumentado para o ano de 2016, e levantamentos realizado pelo Pró-Genéricos, o consumidor gastou no primeiro trimestre de 2011 mais de 1,7 bilhões na aquisição deste tipo de medicamento, impulsionando o interesse das indústrias em produzi-lo para comercialização (CARVALHO et al., 2015).

A divulgação dos medicamentos genéricos se faz necessária, por parte do Governo, para que haja a sua aceitação pela população e que seja entendido por todos que estes fármacos são seguros como os de referências, sendo a divulgação pelas mídias disponíveis necessária e importante para a sua aceitação (AZARA; RIBEIRO; PALHARES, 2014).

2.2.2 Principais características do medicamento genérico

A política de medicamentos genéricos, que teve início no ano de 1999, no Brasil, tornou possível o acesso das pessoas carentes, além de um estímulo para as indústrias brasileiras para produzirem um quantitativo maior de medicamentos, tornando-as mais participativas no cenário nacional (VOSGERAU; SOUZA; SOARES, 2011).

As indústrias de medicamentos, em especial as que produzem genéricos, geralmente, atuam apenas nas etapas de marketing e formulações de especialidades farmacêuticas. São diferentes das outras que produzem medicamentos de referência, uma vez que este necessita de pesquisas para o desenvolvimento de novos fármacos (QUEIROZ 1993).

De acordo com Fernandes, Coutinho e Valle (2011), os medicamentos Genéricos possuem a mesma forma farmacêutica, concentração, via de administração e indicação de uso. Este tipo de medicamento só pode ser produzido após a patente do medicamento de referência ter vencido, ou seja, quando ocorrer a quebra da patente.

Para ser disponibilizado para dispensação nas drogarias e farmácias, estes precisam passar por testes de equivalência farmacêutica e de bioequivalência, para que seja verificado se o medicamento genérico possui o mesmo princípio ativo dos medicamentos de referências, para poder ser liberada a sua produção e distribuição no comércio (ARAÚJO et al., 2010).

Os medicamentos genéricos são atrativos do ponto de vista financeiro e também pela sua qualidade. Diante das dificuldades que a população brasileira possui em manter o tratamento necessário para uma determinada doença, diante do orçamento apertado, com pouco recurso disponível, este tipo de fármaco pode ser uma possibilidade para a manutenção da terapia medicamentosa receitada pelos médicos e outros profissionais da saúde (FERNANDES; COUTINHO; VALLE, 2011).

De acordo com Queiroz (1993), os medicamentos genéricos possuem diferenças quanto a sua origem ou matéria-prima utilizada para a sua produção, podendo ser de três tipos distintos, que são os farmoquímicos, considerados lucrativos, por ser proveniente de síntese química; fitoquímicos, que são produzidos utilizando isolados de plantas medicinais e

biotecnológicos, que está ganhando espaço na produção de medicamentos no geral (HELPER et al., 2012).

A identificação destes medicamentos pela população, de forma geral, não é difícil, estes possuem uma tarja amarela no centro da embalagem, na qual está escrito “Medicamento Genérico” e possui também um G escrito grande, facilitando a sua identificação em longa distância, conferindo evidência nas prateleiras (FERNANDES; COUTINHO; VALLE, 2011).

2.2.3 Medicamento genérico no Brasil

A legislação brasileira, que abrange os medicamentos genéricos, foi criada com base nas existentes em outros países, como a adoção de regras e regulamentos. A equivalência farmacêutica e bioequivalência no país são verificadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que é responsável pela liberação de registros e em realizar fiscalizações em indústrias de medicamentos, distribuidoras, drogarias ou farmácias e outros (CARVALHO et al, 2015).

O preço dos medicamentos genéricos, entre os anos de 2000 a 2003, no início da sua introdução no mercado brasileiro tinha um preço inferior a 40%, quando comparado aos preços dos medicamentos de referência, com os preços atrativos, estes se tornaram atrativos para a população que poderia adquirir fármacos de qualidade e que não comprometia o orçamento, de forma diferente das opções disponíveis anteriormente (QUENTAL et al., 2008).

Os profissionais da saúde precisam tomar certos cuidados quando prescrevem ou dispensam medicamentos genéricos para os pacientes, sendo necessário que seja observado o local onde o paciente reside, entendendo que em um bairro no qual a população é de baixa renda; estes possuem algum conhecimento sobre os tipos de medicamentos disponíveis para o consumo e quais as suas diferenças, bem como o preço, sendo possível concluir o tratamento recomendado entre outros (FERNANDES, 2011).

Conforme Quental et al. (2008), os médicos que atuam no SUS (Sistema Único de Saúde) são obrigados a prescreverem os medicamentos na denominação do princípio ativo. Nas compras realizadas pelo SUS é necessário que se dê preferência para os genéricos, que são iguais aos de referência com relação à qualidade e possuem preço atrativo. A ANVISA tem a obrigação de atualizar a lista de genéricos registrados no Brasil, em período curto de tempo, para que os novos medicamentos destes grupos possam substituir a lista do SUS dos que são comprados com um preço maior.

Os profissionais da saúde, desde a implementação dos genéricos no Brasil, em principal, os farmacêuticos e os médicos têm papel importante na conscientização da população sobre a utilização destes fármacos no esclarecimento de mitos que antes da sua popularização eram comuns. Além de contribuírem também para uso racional dos medicamentos existente (LIMA et al., 2013).

2.2.4 Vantagens do medicamento genérico

No Brasil, as despesas com saúde ocupam o quarto lugar, considerando o orçamento do grupo familiar, com tendência de aumento a intervalos de tempo curto, os preços dos medicamentos sofrem mudanças com a cotação do dólar e situação financeira do país. Com o aumento do preço dos medicamentos, os genéricos são os de escolha pelas pessoas, pelo seu preço e qualidade (FERNANDES, 2011).

Estes medicamentos estimulam a concorrência entre as indústrias farmacêuticas, contribuindo para a inovação de processos produtivos e novas vagas de empregos em todo o país, fato este que beneficia a sociedade, de uma forma geral, em seu contexto social e econômico (ALVES; RAMOS, 2011).

A prescrição de medicamentos para pacientes com o nome do princípio ativo por profissionais da saúde habilitados deve ser estimulada em todo o território nacional, para que não apenas pacientes oriundos do SUS possam adquirir estes medicamentos, como também pacientes atendidos em clínicas ou hospitais particulares possam terem a livre escolha de aquisição do medicamento genérico ou de referência (BARROS, 2009).

De acordo com Rosenberg e Fonseca (2009), a procura por genéricos tende a aumentar nos próximos anos, uma vez que o consumo de medicamentos, de uma forma geral, tem crescido nos últimos anos, com a descoberta de novos fármacos e com as quebras de patentes que deverão acontecer, o que irá propiciar o pedido de produção de novos medicamentos genéricos.

Com o envelhecimento da população, aumento do número de casos de doenças e novas tecnologias disponíveis, os genéricos do ponto de vista econômico são de suma importância para a população, por terem preço atrativo e qualidade comprovada (ROSENBERG; FONSECA, 2009).

3 Conclusão

Com a realização deste estudo foi possível inferir que o medicamento genérico é tão relevante quanto o de referência. As pessoas necessitam saber as vantagens em se adquirir estes medicamentos, bem como ter conhecimento de que o genérico tem o mesmo princípio em relação ao de referência. Na verdade, a grande vantagem em se adquirir medicamentos genéricos é que estes possuem um preço mais acessível, possibilitando ao consumidor uma redução de gastos com a saúde.

Vale ressaltar que o aumento da disponibilidade de medicamentos genéricos promove a competitividade, estimulando a redução de preços dos medicamentos de referência, significando uma melhora do acesso da população a uma vasta gama de medicamentos seguros e eficazes, sejam estes genéricos ou não.

As principais perguntas que surgem a respeito do medicamento genérico são com relação aos seguintes

aspectos, como exemplo: por que esse tipo de medicamento é mais barato, se por este motivo o medicamento terá a mesma qualidade e eficácia do medicamento de referência, causando certa insegurança da população ao adquirir estes medicamentos. A verdade é que tais medicamentos são produzidos a partir de informações pré-existentes, sendo desnecessárias pesquisas sobre a descoberta e os efeitos dos princípios ativos, uma vez que estes já se encontram no mercado. Campanha de conscientização se faz necessária para a população a respeito dos medicamentos genéricos.

Referências

- ALVES, R.P.; RAMOS, F. Medicamentos genéricos e sustentabilidade do SNS. *Rev. Port. Farmacoter.*, v.3, p.11-19, 2011.
- ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medicamentos Genéricos: oriente-se. Brasil. Brasília: ANVISA, 2002.
- ARAUJO, G.L.B. et al. Polimorfismo na produção de medicamentos. *Rev. Ciênc. Farm. Apl.*, v.33, p.22-25, 2012.
- ARAUJO, U. A. et al. Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação. *Rev. Panam. Salud. Publica*, v.28, n.6, p.77-82, 2010.
- AZARA, A.S.X.; RIBEIRO, G. R.; PALHARES, P.H.F. A política nacional de medicamentos genéricos. *Rev. Direito Mackenzie*, v.6, n.2, p.87-93, 2014.
- BARROS, P.P. Vantagens econômica dos genéricos. *Infarmed*, n.5, p.1-2, 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Lei dos medicamentos genéricos no Brasil. Poder Executivo. Brasília: MS, 1999.
- BRASIL. Resolução - RDC nº 135 de 29 de maio de 2003. Aprova Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.
- CARVALHO, B. et al. Influências culturais e sociais no uso de medicamentos genéricos por idosos no bairro avenida da cidade de Itajubá, Minas Gerais. *Rev. Ciênc. Saúde*, v.5, n.3, p.15-21, 2015.
- FERNANDES, J.A.; COUTINHO, J.V.; VALLE, M. G. Aceitação do medicamento genérico em diferentes níveis de escolaridade e renda familiar do Distrito Federal. *Cen. Pharm.*, n.4, p.12-17, 2011.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- HELFER, A.P. et al. Capacidade aquisitiva e disponibilidade de medicamentos para doenças crônicas no setor público. *Rev. Panam. Salud. Publica*, v.31, n.3, p.235-241, 2012.
- LEITE, S.N.; VIEIRA, M.; VEBER, A. P. Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.13, n.1, p.52-58, 2008.
- LIMA, T.R. et al. Avaliação do conhecimento e da aceitação de medicamentos genéricos pela população do município de São Miguel do Anta, Minas Gerais, Brasil. *Univçosa*, v.5, n.1, p.77-89, 2013.
- NOVARETTI, M.C.Z.; QUITÉRIO, L.M.; PISCOPO, M.R. Desafios na gestão de medicamentos genéricos no Brasil: da produção ao mercado. In: ENCONTRO DO ANPAD, 2014.
- PINTO, A.C.; BARREIRO, E. J. Desafios da indústria farmacêutica brasileira. *Rev. Quim. Nova*, v.36, n.10, p.17-24, 2013.
- PORTELA, A.S. et al. Políticas públicas de medicamentos: trajetória e desafios. *Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.*, v. 31, n. 1, p. 41-53, 2010.
- QUENTAL, C. et al. Medicamentos genéricos no Brasil: impactos das políticas públicas sobre a indústria nacional. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.13, p.117-125,2008.
- QUEIROZ, S.R.R. *Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade da indústria de fármacos*. Campinas: MCT, 1993.
- ROSENBERG, G.; FONSECA, M. G. D. Medicamentos genéricos no Brasil: um estudo sobre a característica da demanda. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- ROSENBERG, G.; FONSECA, M.G.D.; D'AVILA, L.A. Análise comparativa da concentração industrial e de *turnover* da indústria farmacêutica no Brasil para os segmentos de medicamentos de marca e genéricos. *Economia Soc.*, v.19, n.1, p.14-34, 2010.
- SANTOS, E.C.; FERREIRA, M.A.A indústria farmacêutica e a introdução de medicamentos genéricos no mercado brasileiro. *Nexos Econômicos*, v.6, n.2, p.115-126, 2012.
- SILVA, I.M. et al. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.16, p.77-84, 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700101>